



# PREFEITURA DE **SOBRAL**

## CONTRATO Nº 001/2026

Contrato nº 001/2026 - SETRAN

Processo nº P396435/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, POR MEIO  
DA SECRETARIA DO TRÂNSITO E A EMPRESA J.  
ANDRADES INDÚSTRIA E COMÉRCIO GRÁFICO  
LTDA., ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE  
NELE SE DECLARA.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL**, neste ato representada pela **SECRETARIA DO TRÂNSITO**, situada(o) na Rua Coronel Frederico Gomes, 731, Centro, Sobral/CE, inscrita(o) no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, representada pelo Secretário Executivo do Trânsito, **FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA CRONEMBERGES**, doravante denominada(o) **CONTRATANTE**, e a empresa **J. ANDRADES INDÚSTRIA E COMÉRCIO GRÁFICO LTDA**, com sede na Rua dos Bandeirantes, nº 155/167, Vila Conceição, Diadema/SP, CEP 09.912-230, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 62.115.217/0001-02, telefone: (11) 3566-8410 e (19) 3253-2988, e-mail: campvendas@jandrades.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **JOSE ANDRADE CARNEIRO JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 15/06/74, RG nº 20.841.002-8 SSP/SP e CPF nº 150.907.748-03, e-mail campvendas@jandrades.com.br, domiciliado na Rua Dr. Liraucio Gomes, 287, Cambuí, Campinas/SP, CEP 13.024-490, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

**1.1.** O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº PE25002-SETRAN, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.



# PREFEITURA DE SOBRAL

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº PE25002 - SETRAN, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos respectivos documentos, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a contratação serviços gráficos para suprir as necessidades da Secretaria do Trânsito nas condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO, conforme consta nos autos do Processo nº P396435/2025

3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Anexo A - Termo de Referência.

3.3. Dos itens contratados:

Item	Especificação	Unid	Qntd	Valor Unitário do Item R\$	Valor total do Item R\$
1	TALÃO ZONA AZUL, BLOCO COM 11 FOLHAS. Complemento: CONFECÇÃO DE TALÃO ZONA AZUL, BLOCO COM 11 FOLHAS. Capa: no formato 41cm x 7cm, em papel offset 120g, impressão em policromia; miolo: em papel monolúcido 90g/m2, grampeado e picote em todas as vias formato 7x20cm, impressão em policromia 4x0 com retículas especiais contra falsificação em cópia; Numeração em série na capa, e sequencial no miolo. Conforme modelo constante no ANEXO 1 do Estudo Técnico Preliminar.	BLOCO	96.000	1,45	139.200,00
2	TERMO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS. Complemento: 3 vias com 25 folhas cada. 1ªVia: 21cm x 29.5cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CB Branco 54g, 660x960 Print HP Color CTP. 2ª Via: 21cm x 29.5cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CFB Rosa 54g, 660x960Print HP Color CTP. 3ª Via: 21cm x 29.5cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CF Amarelo 54g, 660x960Print HP Color CTP. Corte/vinco = 1 batida(s) na máq. = 1 por vez = 1 montar faca1 -S (Plano 3). Numerado/Picotado, intercalado = 2 de uma vez, Colado = 25 blc por vez, Grampeado = 1 grampo(s). Conforme modelo constante no ANEXO 2 do Estudo Técnico Preliminar	BLOCO	100	30,00	3.000,00
3	TERMO DE CONSTATAÇÃO DE EMBRIAGUEZ.	BLOCO	50	30,00	1.500,00



# PREFEITURA DE SOBRAL

	Complemento: 3 vias com 25 folhas cada. 1ª Via: 21cm x 29.5cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CB Branco 54g, 660x960 Print HP Color CTP. 2ª Via: 21cm x 29.5cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CFB Rosa 54g, 660x960Print HP Color CTP. 3ª Via: 21cm x 29.5cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CF Amarelo 54g, 660x960Print HP Color CTP. Corte/vinco = 1 batida(s) na máq. = 1 por vez = 1 montar faca1 -S (Plano 3). Numerado/Picotado, intercalado = 2 de uma vez, Colado = 25 blc por vez, Grampeado = 1 grampo(s). Conforme modelo constante no ANEXO 3 do Estudo Técnico Preliminar.				
4	<b>BLOCOS DE NOTIFICAÇÃO.</b> Complemento: 3 vias com 50 folhas cada. Capa/c. capa: 23.2cm x 42cm, 1x0 cor, tinta preto em Papel Offset 180g, 640x880, Print HP Color CTP. 1ª Via: 11.5cm x 21.4cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CB Branco 54g, 660x960. 2ª Via: 11.5cm x 21.4cm, 1x1 cor, tinta preto em Extracopy CFB Rosa 54g, 660x960. 3ª Via: 11.5cm x 21.4cm, 1x0 cor, tinta preto em Extracopy CB Amarelo 54g, 660x960. BLOCO: Picotado = 5 imagens, Corte/Vinco = 1 batida(s) na máq. = 1 por vez = 1 montar faca1 -S (Capa/c.Capa), numerado/Picotado, Intercalado = 2 de uma vez, Colado = 25 blc por vez, grampeado = 2 grampo(s). Primeira Folha do bloco de notificação (recibo de entrega) – 300 fichas - 11.5cm x 21.4cm, 1x0 cor, em papel offset 75, 640x880, Print HP Color CTP. A numeração do Bloco e a numeração interna será repassada a empresa vencedora deste processo licitatório. Conforme modelo constante no ANEXO 4 do Estudo Técnico Preliminar.	BLOCO	50	26,00	1.300,00
<b>Valor Total dos itens R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)</b>					

## CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

## CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A forma de fornecimento assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

## CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO**

7.1. O valor total da contratação é de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

**9.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

#### **10.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

**10.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**10.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**10.1.5.** Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

**10.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

**10.1.7.** Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**10.1.8.** Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

**10.2.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **10.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

**10.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**10.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**10.1.5.** Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

**10.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

**10.1.7.** Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**10.1.8.** Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**10.1.8.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10.1.9.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

**10.2.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**10.3. São obrigações do CONTRATADO:**

**10.3.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.3.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

**10.3.1.2.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.3.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.3.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.3.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.3.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.3.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

**10.3.1.8.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.3.1.9.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**10.3.1.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

**10.3.1.11.** Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.1.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**10.3.1.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

**10.3.1.14.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**10.3.1.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

**10.3.1.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. **Multa de 0,5%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

12.2.4.2. **Multa indenizatória de 0,5%** (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do**



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

**Contrato ou Ata de Registro de Preços**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**12.2.4.3. Multa de 0,5% a 3,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;
- d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;
- e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

**12.2.4.4. Multa de 1,5% a 5,0%**, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

**12.2.4.5. Multa de 7,0% (sete por cento)**, por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.

**12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento)**, por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

- a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;
- b) **fornecer informação e/ou documento falso**;

**12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10,0% (dez por cento)**, a depender



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.4.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**12.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.6.4.** os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

**12.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**12.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.9.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**12.11.** Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**13.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.1.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



# PREFEITURA DE SOBRAL

**13.2.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**13.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.2.3.** Indenizações e multas.

**13.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

<b>Órgão</b>	<b>Função, subfunção, Projeto Atividade</b>	<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	
4101	04.122.0060.2.727.0000	33.90.39.00	1.500.0000.00	MUNICIPAL
			1.752.0000.00	

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

**16.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**18.1.** O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

**18.1.1.** O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

**18.2.** O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

**18.3.** O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 ( cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

**18.4.** O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em



## PREFEITURA DE SOBRAL

vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

**18.5.** O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**18.5.1.** Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

**18.5.2.** As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

**18.6.** Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**18.6.1.** O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**18.6.2.** O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

**18.6.3.** O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

**18.7.** As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.



## PREFEITURA DE **SOBRAL**

**18.7.1.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

**18.7.2.** O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

**18.7.3.** O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

**18.8.** Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterà, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

**18.8.1.** Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:



## PREFEITURA DE SOBRAL

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

**18.9.** Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

**18.10.** A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**18.11.** O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

**18.12** Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

**18.13.** Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.



# PREFEITURA DE SOBRAL

**18.13.1.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**18.14.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

**18.15.** Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

**19.1.** A execução contratual será acompanhada pelo Sr. Marcio Andrade Carneiro, mat. 714, servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

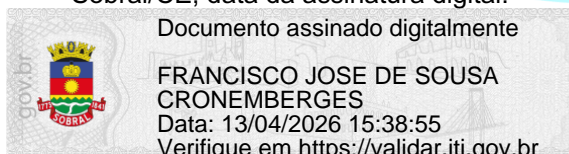
**19.2.** A FISCALIZAÇÃO será realizada pelo Sr. Paulo Roberto de Sousa, Mat. 8133, técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

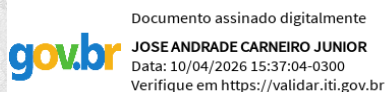
**20.1.** Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Sobral/CE, data da assinatura digital.



**FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA  
CRONEMBERGES**  
CONTRATANTE

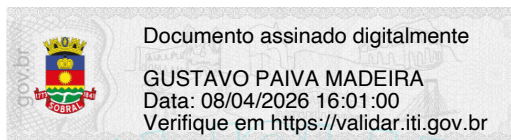


**JOSE ANDRADE CARNEIRO  
JÚNIOR**  
CONTRATADO



# PREFEITURA DE SOBRAL

De acordo:



**GUSTAVO PAIVA MADEIRA**  
COORDENADOR JURÍDICO DA SETRAN  
OAB/CE Nº 38.432

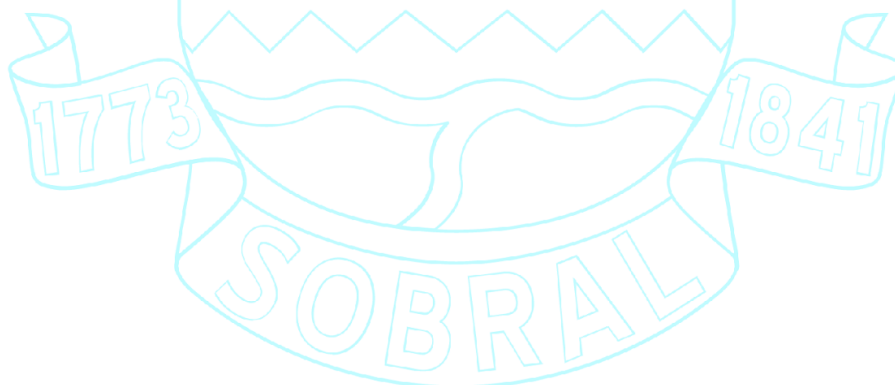
## TESTEMUNHAS:

1. 

Documento assinado digitalmente  
LUIS YURI GALVAO PERES  
Data: 14/04/2026 17:35:43  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2. 

Documento assinado digitalmente  
GABRIEL MOURA ARRUDA  
Data: 15/04/2026 10:07:56  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



86	0107/2024-0505	EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	Agência de medicamentos de Atuação Básica I	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
87	0108/2024-0505	HUB HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Agência de medicamentos de Atuação Básica I	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
88	0029/2024-0505	GRASSUS REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Contrato objeto deste contrato a aquisição de medicamentos da marca biosim IV (linea padronizada), destinados ao tratamento de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATO, conforme consta nos autos do Processo nº P39840/2025	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
89	0030/2024-0505	SAUNDORND COMERCIO HOSPITALAR LTDA	Contrato objeto deste contrato a aquisição de medicamentos da marca biosim IV (linea padronizada), destinados ao tratamento de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATO, conforme consta nos autos do Processo nº P39840/2025	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
90	0031/2024-0505	PHARMAPLUS LTDA	Contrato objeto deste contrato a aquisição de medicamentos da marca biosim IV (linea padronizada), destinados ao tratamento de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATO, conforme consta nos autos do Processo nº P39840/2025	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
91	0032/2024-0505	B F DE MENESES SOUSA	Contrato objeto deste contrato a aquisição de medicamentos da marca biosim IV (linea padronizada), destinados ao tratamento de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATO, conforme consta nos autos do Processo nº P39840/2025	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
92	0034/2024-0505	COMPRICHÁ FARMACIA E FARMACIA APENSO LTDA	Contrato objeto deste contrato a aquisição de medicamentos da marca biosim IV (linea padronizada), destinados ao tratamento de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, nos condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATO, conforme consta nos autos do Processo nº P39840/2025	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
93	0049/2024-0505	MUNISERVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	Agência de medicamentos de Atuação Básica III (contrato em Unicidade de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Sobral)	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
94	0049/2024-0505	MEDICINALE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	Agência de medicamentos de Atuação Básica III (contrato em Unicidade de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Sobral)	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
95	0058/2024-0505	DISANSTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Agência de medicamentos de Atuação Básica III (contrato em Unicidade de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Sobral)	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro
96	0045/2024-0505	MEDIPAZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA	Agência de medicamentos de Atuação Básica III (contrato em Unicidade de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Sobral)	Georgiane Modesto Silveira	Liziane Melo Carneiro

**SECRETARIA DE TRÂNSITO**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026 - SETRAN. PROCESSO Nº P396435/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL, representada pela Secretaria do Trânsito. CONTRATADO: J. ANDRADES INDÚSTRIA E COMÉRCIO GRÁFICO LTDA, com sede na Rua dos Bandeirantes, nº 155/167, Vila Conceição, Diadema/SP, CEP 09.912-230, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº 62.115.217/0001-02, representada neste ato pelo Sr. JOSE ANDRADE CARNEIRO JÚNIOR. FUNDAMENTAÇÃO: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº PE25002 - SETRAN e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto. OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação serviços gráficos para suprir as necessidades da Secretaria do Trânsito nas condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO, conforme consta nos autos do Processo nº P396435/2025. VALOR GLOBAL: O valor total da contratação é de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais). DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos: 4101.04.122.0060.2.727.0000.33.90.39.00.1.500.0000.00 e 4101.04.122.0060.2.727.0000.33.90.39.00.1.752.0000.00. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura do contrato. DA FISCALIZAÇÃO: A execução contratual será FISCALIZADA pelo servidor Paulo Roberto de Sousa, matrícula nº 8133. DA GESTÃO DO CONTRATO: A GESTÃO será realizada pelo servidor Marcio Andrade Carneiro, matrícula nº 714. DATA DA ASSINATURA: 13 de abril de 2026. SIGNATÁRIOS: REPRESENTANTE DA CONTRATANTE: Francisco José de Sousa Cronemberges. REPRESENTANTE DA CONTRATADA: JOSE ANDRADE CARNEIRO JÚNIOR. Gustavo Paiva Madeira, Coordenador Jurídico da SETRAN.**

**SECRETARIA DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2025-SESEP, P445879/2026. CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE SOBRAL, inscrito no CNPJ sob o nº 07.598.634/0001-37, através da Secretaria da Conservação e Serviços Públicos - SESEP, representada pelo Secretário Executivo titular RAIMUNDO EDSON AGUIAR MOURA; CONTRATADO: Sr. Artur Guimarães Filho, inscrito no CPF: \*\*\*.136.093.-\*\*. DO OBJETO: O presente termo aditivo ao contrato supramencionado tem por objetivo PRORROGAR o prazo de execução e vigência do Contrato nº 10/2025-SESEP, que tem como finalidade o “SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SESEP DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE”. DA FUNDAMENTAÇÃO: Fundamenta-se o presente aditivo no art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO: A vigência e execução do contrato ficam prorrogadas por mais 12 (doze) meses, compreendidas entre o período de 16/04/2026 a 16/04/2027. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: As demais cláusulas e condições que ora não foram, por este termo, alteradas, permanecem como no contrato original, constituindo-se num só todo para todos os fins e efeitos de direito. DATA DA ASSINATURA 16 de abril de 2026. SIGNATÁRIOS: RAIMUNDO EDSON AGUIAR MOURA Secretário Executivo Municipal da Secretaria da Conservação e Serviços Públicos, Sr. Artur Guimarães Filho, Contratado, e Francisco Adrian Márcio de Souza, Coordenador Jurídico da SESEP.**

**AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - AMA**

**EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTO - O município de Sobral, por intermédio da AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SOBRAL - AMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 06.789.054/0001-64, sediada à Av. Dr. José Euclides Ferreira gomes, nº 435, Coração De Jesus, Sobral/CE, CEP 62043-070, representada por seu Superintendente, o Sr. EULER FONSECA RODRIGUES, doravante denominada CEDENTE; e do outro o SECRETARIA DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS-SESEP, neste ato representada pela Sr. JOSÉ SIDCLEY TAVARES FERREIRA GOMES, Secretário da Conservação e Serviços Públicos - SESEP, doravante denominado CESSIONÁRIO, celebram o presente Termo De Cessão De Uso De Bens Móveis, mediante as condições abaixo especificadas. SOBRAL/CE, 16 DE ABRIL DE 2026. CEDENTE - Sr. EULER FONSECA RODRIGUES - SUPERINTENDENTE DA AMA, CESSIONÁRIO - JOSÉ SIDCLEY TAVARES FERREIRA GOMES - SECRETARIA DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS-SESEP.**

QNTD	OBJETO	TOMBO
1	CAMINHÃO - Caminhão VW bus, Placa SBE-1116, Renavam: 1327230531, Chassi: 9535C3TCXP02983	244.584
1	TRICICLO - Elétrico	249.909
1	TRITURADOR - LIPPEL	238.917
1	TRITURADOR - LIPPEL	230.053

**CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL**

**PORTARIA Nº 1227/2026 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sobral, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 19 Parágrafo Único, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sobral e o Art. 72 Inciso II da lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o requerimento, laudo e relatórios apresentados pela servidora efetiva APOLONIA CASTELO BRANCO DANIEL RICHARD solicitando a redução da jornada de trabalho. CONSIDERANDO o parecer favorável da Procuradoria Jurídica, em conformidade com o TEMA 1097 do Supremo Tribunal Federal, extensão das regras da Lei Nº 8112/1990 aos servidores estaduais e municipais, que asseguram o direito a redução de jornada de trabalho ao servidor que necessita acompanhar tratamento de filho, cônjuge ou dependente. RESOLVE: Art. 1º Conceder à servidora efetiva APOLONIA CASTELO BRANCO DANIEL RICHARD redução da jornada de trabalho em 1 (uma) hora diária, em caráter provisório, sem qualquer prejuízo em sua remuneração e sem a necessidade de compensação de horário. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 15 de abril de 2026. Francisco Linhares Ponte Júnior - PRESIDENTE.**

**PORTARIA Nº 1226, DE 14 DE ABRIL DE 2026 - O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais: CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços administrativos e financeiros no âmbito da Tesouraria; CONSIDERANDO o afastamento da servidora Maria Edite Teixeira Negreiros, em razão do gozo de férias no período de 07 a 16 de abril de 2026; CONSIDERANDO a importância de não haver descontinuidade na execução das atividades inerentes à Tesouraria; CONSIDERANDO a aptidão e capacidade técnica do servidor Beethoven Fernandes Lopes para o desempenho das funções; RESOLVE: Art. 1º Designar o servidor Beethoven Fernandes Lopes para substituir, interinamente, a Tesoureira Maria Edite Teixeira Negreiros, no período de 07 a 16 de abril de 2026. Art. 2º Durante o período de substituição, o servidor designado assumirá todos os encargos, competências e responsabilidades inerentes à função de Tesoureiro(a), respondendo pelos atos praticados no exercício da função. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no período especificado. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 14 de abril de 2026. FRANCISCO LINHARES PONTE JÚNIOR - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL.**

**OUTRAS PUBLICAÇÕES**  
**LICENÇAS AMBIENTAIS**

**LICENÇA DE OPERAÇÃO SIMPLIFICADA RENOVAÇÃO - A F DE SA MORAES Torna público que recebeu da Agência Municipal do Meio Ambiente - AMA Licença de Operação Simplificada Renovação nº 0001/2023 com validade até 13/04/2026, referente às atividades de Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal; Coleta de resíduos não-perigosos; Distribuição de água por caminhões. Empreendimento situado na Rua SENADOR JOSE ERMIRIO DE MORAES, Nº 2331, Bairro/Distrito Edmundo Monte Coelho, no município de Sobral - CE. Foi determinado o cumprimento da legislação ambiental em vigor. Sobral, 16/04/2026.**